

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

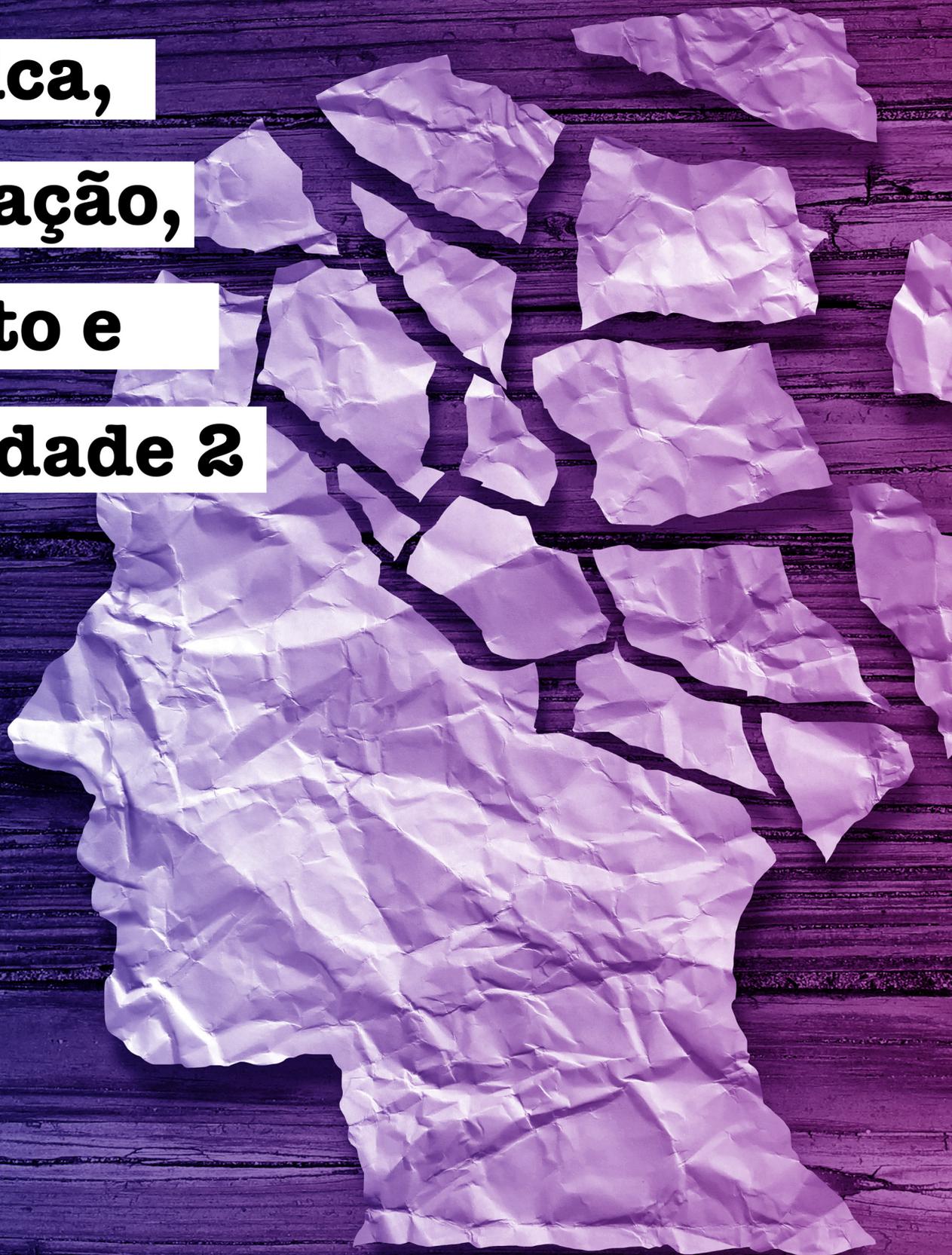
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO

Maria Cristina Leandro de Paiva

Centro de Educação – Universidade Federal do
Rio Grande do Norte - UFRN
Natal/RN

Thayane Lopes Miranda

Universidade Federal do Rio Grande do Norte -
UFRN
Natal/RN

Viviane Marina Andrade Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte -
UFRN
Natal/RN

RESUMO: A educação infantil vive um momento de intensas mudanças e embates, tanto pelas regulamentações ocorridas na última década, quanto pela instabilidade das políticas públicas destinadas a essa etapa da educação básica. Desse modo, é imperioso compreender os cenários do trabalho docente na educação infantil, tendo em vista desvendar as (in)consistências advindas das políticas públicas na organização e funcionamento das redes de ensino. Neste estudo, a discussão tem como foco a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. Para tanto, apresentar-se-á um panorama geral do atendimento da educação infantil na

referida rede, bem como os aportes legais e regulamentares que subsidiam a estruturação do atendimento. Em seguida, como uma das particularidades, discutir-se-á as possibilidades e limitações do estagiário remunerado, que assumiu/assume a função de auxiliar de turma na educação infantil – a concluinte do curso de pedagogia. O trabalho se baseia nos pressupostos da investigação qualitativa, utilizou como instrumento para coleta de dados a análise documental e a entrevista coletiva, com três estudantes do curso de pedagogia da UFRN. Verificou-se que há discordâncias entre as políticas públicas e as formas de efetivação do atendimento, sendo imperioso rever a organização do quadro docente, tendo em vista um compromisso ético, estético e político com a educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil, pedagogia, estágio remunerado.

INTRODUÇÃO

A educação infantil vive um momento de intensas mudanças e embates, tanto pelas regulamentações ocorridas na última década, quanto pela instabilidade das políticas públicas destinadas a essa etapa da educação básica. Desse modo, é imperioso compreender os cenários do trabalho docente na educação

infantil, tendo em vista desvendar as (in)consistências advindas das políticas públicas na organização e funcionamento das redes de ensino.

Esse estudo surgiu da pesquisa “A atuação docente na educação infantil: cenários, possibilidades e limitações”, que visa compreender os cenários, possibilidades e limitações do trabalho docente na educação infantil, na perspectiva dos profissionais que atuam nessa etapa da educação básica. Nessa conjuntura, pretendemos, ainda, identificar as formas de organização e atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento. Dentre as particularidades, nos deparamos com o estagiário remunerado, do curso de pedagogia, que assume, em alguns casos, o papel de auxiliar de turma. Desse modo, ouvir esses sujeitos, sobre as políticas e situações vivenciadas na experiência de estágio, faz-se primordial na busca pela constituição do cenário de atendimento a criança pequena, na rede municipal de ensino de Natal/RN.

A METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste na perspectiva qualitativa, que se mostra oportuna por apreender a realidade em uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1998, p. 79). Fez-se necessário a análise documental, buscando identificar, nos aportes legais acerca da Educação Infantil, aspectos orientadores acerca da docência na educação infantil.

Utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, a entrevista coletiva, com três estudantes do curso de pedagogia da UFRN, que estavam cursando o último período do curso e tinham tido a experiência com o estágio remunerado. A entrevista coletiva consiste em uma discussão a partir de aspectos pontuados pelo entrevistador, que tem o papel de guia e mediador das falas, de modo a possibilitar vez e voz a todos os participantes (KRAMER, 2002).

A entrevista se deu no centro de educação, em horário previamente agendado com as estudantes. Todas foram científicas dos objetivos do estudo, disponibilizando-se a participar e contribuir com o estudo, pontuando as experiências adquiridas no estágio remunerado. A entrevista teve como aspectos motivacionais: a experiência das estudantes na educação infantil, a forma de encaminhamento para o estágio e as atividades desenvolvidas em sala de aula.

Durante a entrevista, as estudantes puderam se expressar livremente, fazendo com que as discussões tivessem um tom de conversa, em que ao mesmo em que expressavam suas vivências, podiam conhecer as experiências das demais participantes, em uma troca de saberes e fazeres, tendo como foco a atuação no estágio remunerado. Desse modo, foi possível conhecer, sob o ponto de vista das estagiárias, o cenário da educação infantil, no que concerne a suas experiências

aproximativas com a docência.

No sentido de preservar as identidades das entrevistadas, as identificaremos através dos números 1, 2 e 3.

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mesmo no século XXI, encontramos visões deturpadas da docência na educação infantil. A ideia de que para ensinar crianças não necessita de conhecimentos acerca, por exemplo, do desenvolvimento infantil, é um pensamento errôneo e que traz consequências à sistematização do atendimento educacional das crianças. Compreende-se que para cuidar/educar crianças pequenas, faz-se necessário ter um conhecimento específico na área, e não apenas pensar que ser professor de crianças pequenas é algo natural do ser feminino.

Embora possamos analisar que o público feminino predomina na educação, no que concerne a educação infantil e anos iniciais, trata-se de uma característica histórica por suceder com a entrada da mulher no mercado de trabalho, através do magistério, uma vez que a docência era a única ocupação permitida às mulheres; período em que começavam a ocupar espaço público. Sem adentrar em pormenores, uma vez que o texto e o assunto não permitem, mas no intuito de registrar a situação, corroboramos com o pensamento de Silva (2011) que questiona, nos tempos atuais, discutir-se a trajetória de construção social do magistério, enquanto profissão, pensada para mulheres.

Segundo Vieira e Oliveira (2013) a classe dos educadores infantis é a mais desvalorizada entre os demais da educação básica, visto que os profissionais atuantes não se consideram professores, algumas vezes estão inseridos em uma classe socioeconômica baixa e não apresentam uma formação escolar adequada para o cargo. Esse fato se dá pelos resquícios que esses profissionais carregam desde os tempos antigos.

A carreira docente, principalmente, à docência na educação infantil, enfrentou sérias adversidades, a começar pela visão assistencialista, com que se configurou, por muitos anos, o atendimento nas creches e pré-escolas. Entre as marcas desse atendimento, estão as denominações dadas ao responsável pelas crianças, que eram reconhecidos como pajem, cuidador, recreacionista, uma vez que nem sempre a responsabilidade pelo atendimento era atribuída a um professor. Atualmente, com as mudanças advindas da legislação, a partir da LDB/96, espera-se que o responsável pelas turmas da educação infantil, sejam professores, com seus direitos e deveres contemplados em um plano de cargos, carreira e salário.

De acordo com Vieira (2014, p.415), em seu texto “Valorização dos profissionais Carreira e salários”, ao tratar sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN),

A instituição do PSPN não contemplou os funcionários da educação nem os professores atuantes nas escolas privadas. Mesmo assim, representa um dos

maiores avanços em termos de valorização dos profissionais da educação básica no Brasil e contribui para a construção do sistema nacional de educação, pano de fundo do texto do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014.

O Piso Salarial Profissional Nacional, regulamentado na lei nº 11.738/2008, foi instituída no ano de 2008. Segundo seu artigo 2º

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

Portanto, todos os profissionais que se enquadram como professores da educação básica estão respaldados com essa lei. Desse modo, a lei nº 11.738/2008 se tornou um marco no que diz respeito a valorização profissional do professor da educação básica. Como mostra em seu artigo 67,

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - Piso salarial profissional;

IV - Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - Condições adequadas de trabalho.

Em função desses documentos oficiais, que resguardam os direitos dos professores, a profissão ganha um fortalecimento, uma consolidação no que diz respeito à jornada de trabalho e a valorização profissional.

Isso posto, compreendemos ser a docência na educação na infantil um espaço profissional que requer uma formação sólida e consistente, no sentido de pensar o saber-fazer docente, nas similaridades do cotidiano pedagógico, em contraponto aos estudos e pesquisas da área. Formar-se na docência e para a docência tendo como foco o trabalho com crianças pequenas.

O CENÁRIO DO MUNICÍPIO

O município de Natal/RN, de acordo com o censo de 2015, possuía 68 creches e 70 pré-escolas, atendendo 4.823 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses e 8.044 de 4 a 5 anos e 11 meses. Ainda de acordo com o mesmo censo, no mesmo

período, havia 318 docentes em creches (Berçário ao Nível II) e 419 na pré-escola (Níveis III e IV), contendo 155 estagiários nas creches e 107 na pré-escola. Tais dados são reveladores do percentual de estagiários no quadro geral do município, que equivale a 48,74% do total de docentes nas creches e 25,53% nas pré-escolas.

Salienta-se que no ano da pesquisa, 2017, os números do atendimento, no que se refere a docência e estagiários, não havia sido modificados, portanto, os dados aqui apresentados são reveladores da realidade à época.

O quadro exposto é regulamentado pela Resolução nº 01/2012 do Conselho Municipal de Educação/CME, que propõe uma jornada de 30 horas para o educador infantil, sendo 20% da jornada de trabalho destinada a atividades individuais e colegiadas, como o planejamento e a formação docente.

Essa mesma Resolução, criou o “cargo” de auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI, destinado ao responsável pelos momentos em que os professores se ausentam para o planejamento, ou para o acompanhamento dos alunos especiais. O auxiliar de Desenvolvimento Infantil, segundo Resolução CME/2012, em seu artigo 5º, “é um profissional de apoio com formação mínima de Magistério ou aluno do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, cursando no mínimo o 5º período, devidamente comprovado por documento emitido pela Faculdade”.

Questiona-se o fato de uma resolução criar uma função, no quadro de pessoal do município, instituindo atribuições destinadas ao estagiário, que vão de encontro às determinações legais, qual seja, a Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Outro aspecto a ser observado, diz respeito ao fato de que, boa parte dos auxiliares de turma, presentes nos Centros municipais de educação infantil (CMEIs), começam sua jornada de trabalho ainda no 1º ou 2º período, como ficou evidenciado na entrevista realizada com alunas do curso de pedagogia da UFRN, que tiveram suas experiências, enquanto estagiárias, no município em questão. Segundo uma entrevistada 3,

Eu comecei meu estágio no segundo período. Eu não lembro como fiquei sabendo, eu acho que foi divulgando informação que surgiu o estágio através do IEL, na prefeitura. Ai eu junto com uma amiga “Ah, vamos fazer? Vamos! ” Estava no segundo período, aí a gente foi na secretaria pegou encaminhamento lá e de lá ela olhou alguma escola ou CMEI que era próximo a minha casa né?! Aí eu fui para um CMEI que era no conjunto vizinho, bem próximo, e aí eu levei o encaminhamento, ela anotou, perguntou onde estudava... essas coisas, e pediu que eu iniciasse no dia seguinte, ou dois dias seguintes e fui para o nível I. [...]

Diante desse fato, chamamos a atenção à contratação de um estudante no segundo período do curso de pedagogia, para atuar com crianças pequenas, em instituições formais de educação infantil, sem sequer terem cursado os componentes da área. Desse modo, podemos dizer que seus conhecimentos sobre a prática docente e a área em si podem ser insipientes. Portanto, o que faz uma rede de ensino ultrapassar o que diz a Resolução? Que papel assume, na realidade e de fato, as

estagiárias?

As discussões remetem a caminhos que mereceriam uma melhor exploração, qual seja, os meandros da rede de ensino e as tomadas de decisões, que se distanciam do contexto profissional almejado a atuação docente na primeira etapa da educação básica. Aqui, abordaremos, a partir de um recorte as questões propostas, o ponto de vista das estagiárias acerca do estágio remunerado.

A EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO – ALGUNS APONTAMENTOS

A investigação nos possibilitou desvendar alguns aspectos do cenário da educação infantil no que diz respeito à atuação das estagiárias de pedagogia, nos centros municipais de educação infantil, e a trajetória percorrida durante a experiência vivenciada.

As entrevistadas iniciaram o estágio remunerado no primeiro e segundo período do curso, por meio de programas como o IEL e o CIEE, como citado anteriormente. Nas falas, ficou evidenciado que, ao serem encaminhadas para assumirem o estágio, não receberam orientações específicas, por parte das instituições, em relação ao horário de trabalho e atribuições do estagiário em sala de aula, ou seja, seus direitos e deveres. O encaminhamento ao estágio se deu formalmente, com a assinatura do contrato, sem precauções relativas aos aspectos pedagógicos, que a experiência formativa poderia/deveria proporcionar.

Dessa forma, as estagiárias, em suas falas, apresentam, muitas vezes, confusões quanto ao trabalho desempenhado, como pode ser visto na fala da estagiária 1 que diz:

No momento da entrevista a coordenadora pedagógica perguntou ... se eu sabia trocar fraldas. E eu respondi que sim. E ela disse: vamos fazer uma experiência. Eu estou muito ocupada, vá para a sala do nível I. E eu fui. Cheguei lá e me apresentei para a professora que eu seria, estaria fazendo uma experiência naquela turma e tudo mais.

Como pode ser visto, a estagiária ao chegar a instituição não teve nenhuma orientação didático-pedagógica e nem mesmo houve indícios que demonstrassem a necessidade de se apresentar a escola como um todo. Infere-se uma ausência de tratamento protocolo no que concerne a recepção de estagiários, sendo suas atribuições, perceptualmente, destinadas as tarefas relativas aos cuidados básicos.

Assim temos também a fala da estagiária 3:

Ai eu fui pra um CMEI que era no conjunto vizinho, bem próximo, e ai eu levei o encaminhamento, ela anotou, perguntou onde estudava... essas coisas, e pediu que eu iniciasse no dia seguinte, ou dois dias seguintes e fui pra o nível I.

É possível observar, que o mesmo fato aconteceu com a estagiária 3, uma vez que ao chegar à instituição foi encaminhada à sala de aula, sem ter a oportunidade, sequer, de ler o Projeto Político Pedagógico da escola, documento que é de extrema

importância para o bom funcionamento da instituição, tendo em vista embasar e direcionar a prática docente.

Na recepção ficou evidente a ausência de uma orientação específica, para o ingresso das estagiárias nas instituições, o que gera um distanciamento da situação exposta a uma perspectiva formativa, que deveria existir, uma vez que há, no município, uma política para atuação dos estagiários, como preconiza a Resolução nº 01/2012 do CME, anteriormente referida.

Como afirmam Paiva e Costa (2017), as instituições também não percebem a dimensão formativa ocasionada na prática vivenciada pelo estagiário, além do que o estagiário cumpre tarefas que lhe são destinadas sem a devida clareza acerca do papel que desempenham, na rotinização do cotidiano institucional.

No que diz respeito à rotina em sala de aula, vivenciada pelas estudantes, encontramos bastantes pontos em comuns, no entanto, é importante ressaltar, que na fala das três, fica explícito que auxiliam, principalmente, no momento do banho, da troca de fraldas; atividades que requerem tempo e atenção as crianças, sendo realizada sem a presença da professora titular, que se encontra em sala de aula com as demais crianças. Os relatos dão indícios que a estagiária assume aspectos referentes a auxiliar de sala.

A partir do exposto, surge, portanto, questionamentos pertinentes à situação: devido às estagiárias não terem nenhuma orientação e estarem em início de curso, elas tinham a noção do cuidar atrelado ao educar? Como era o momento do banho? Algo rápido devido ao tempo e número dos alunos ou um momento em que, nos cuidados básicos, há intencionalidade pedagógica, preservando o pleno desenvolvimento da criança e suas condições de aprendizagem?

Salienta-se que devido à creche ter sido uma instituição responsável, apenas, pelos cuidados básicos da criança, o processo de construção da identidade da educação infantil foi afetado, de forma que ainda há resquícios de pensamentos ligados a instituição como um lugar de encargos higienistas e sanitaristas. Além do que, nessa vertente, há, claramente, a separação entre quem cuida e quem educa as crianças, como se isso fosse possível; o que se encontra nos depoimentos das estagiárias.

De acordo com Oliveira (2011, p.100), “as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico”. Nas palavras da autora, “a preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças” (OLIVEIRA, 2011, p.101).

Percebemos que, apesar das mudanças, a visão exposta por Oliveira, ainda persiste, o que compromete a atuação e formação para a docência das estagiárias, que pode deixar de compreender o ato de trocar de fraldas, por exemplo, como uma dimensão relacional, envolvendo aspectos do cuidado e da educação.

Chamamos atenção, no entanto, a premissa destacada por Kuhlmann Jr. (2011),

que não há uma dimensão assistencialista deslocada de um pensamento pedagógico, considerando a perspectiva de uma educação voltada a formação para a submissão e o disciplinamento, como um atendimento em que prevalece um caráter de favor e dádiva aos menos favorecidos socialmente. Ou seja, não se pode deduzir que o cuidado se relaciona diretamente ao atendimento assistencialista, sem que esteja presente o viés educacional.

Em sendo assim, a divisão do trabalho é algo que precisa ser seriamente repensado, no contexto da dimensão do educar/cuidar e formação integral da criança, para que desabafos como da estagiária 2, deixem de acontecer:

Então, eram duas estagiárias, sendo que uma tinha que dar assistência a essas duas crianças com síndrome de down e a outra daria assistência aos outros alunos, que era no total 16 crianças. A gente fazia um revezamento entre um ou outro, mas tinha momentos que ficava as duas no banheiro, justamente para dar banho, que como era tempo integral tinha toda aquela questão de arrumar para sair pro café, tirar a farda, vestir a roupa pra ir pro café, do café, parque, atividade em sala, banho, almoço, escovar os dentes, botar pra dormir. Então a manha era toda assim...

Apontamos a proeminência das atividades relativas aos cuidados básicos, sem a percepção que são momentos significativos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. De maneira que a estagiária deixa de compreender que tudo o que se refere à criança pequena é formador da pessoa, organizador de seus esquemas afetivos, sociais e cognitivos. Fica a sensação de que as situações de cuidados e educativas são distintas, sendo o cuidar uma ação subalterna, de menos valia.

Ressalta-se, ainda, a proeminência, nas rotinas, de ações estanques e adultocentricas, que deixam de priorizar os eixos básicos do trabalho pedagógico – as interações e as brincadeiras. Tal situação revela, também, a divisão do trabalho docente, pois fica evidente a organização estrutural e pedagógica a partir das necessidades e olhar do adulto.

Vale salientar que a criança, nos seus primeiros passos na escola, é um ser ativo, que precisa construir sua autonomia. Para tanto, as ações devem ser planejadas por todos os envolvidos no trabalho pedagógico. Por isso, o estagiário, como um futuro docente, deve participar dos planejamentos, para que com isso possa desenvolver melhor suas atividades, além de compreender como se dá o processo de ensino e aprendizagem da criança, assim como, unir a teoria vista na universidade com a prática exercida na instituição de estágio.

As três estagiárias afirmaram que não participavam dos momentos de planejamento, juntamente com as professoras de sala de aula. Uma fala que chama muito atenção é a da estagiária 2, que afirma:

O planejamento é um elemento essencial para sala de aula, ... não nos é passado, a gente não participa, eu nunca participei de um planejamento específico da sala, participei de dois planejamentos coletivos, mas era pra resolver a questão da festa da colheita e da cantata de Natal, que a diretora já trazia pronto. Ela dizia “nós vamos fazer isso, isso e isso”. Pronto. Não tinha aquela questão de troca.

Além do fator de não planejar com a professora, tem o agravante de ficar claro, a partir da fala da estagiária, indícios de uma gestão arbitrária, distante da defesa por um espaço escolar democrático, em que todos têm voz e as decisões são tomadas em conjunto. Faz-nos refletir, como as escolas estão formando sujeitos reflexivos e críticos se nem mesmo o professor tem voz?

Os aspectos demarcados sinalizam lacunas significativas no tocante a formação inicial docente, na ausência de inter-relações necessárias a postura crítico-reflexiva do ser professor, que constrói seus conhecimentos e saberes numa profusão de ideias, concepções e teorias, a partir das experiências vivenciadas no contexto de trabalho, junto com o seus pares e na interação com as crianças.

CONSIDERAÇÕES

Eis que novos ares revelam desafios, inconsistências, dicotomias. O campo da educação infantil é profícuo para criação de experimentos, que beiram ao amadorismo e a visão assistencialista, distante da luta pela profissionalização docente e por uma educação de qualidade referenciada. Criou-se um espaço para o estagiário remunerado, que se assemelha ao lugar ocupado por um auxiliar, que fica responsável, pura e simplesmente, pelos cuidados básicos de higiene e saúde, sem adentrar as especificidades do trabalho docente, como um aprendiz em processo de formação.

Prevalece à dicotomia educar e cuidar nos fazeres docentes, expresso na divisão do trabalho e na rotina escolar, além de discordâncias entre as políticas públicas e as formas de efetivação do atendimento, sendo imperioso rever a organização do quadro docente, tendo em vista um compromisso ético, estético e político com a educação infantil.

Por outro lado, o estudo empreendido, abre um leque de questões, que precisam ser investigadas, na perspectiva de ao descortinar os cenários de atendimento a criança pequena, provocar reflexões e induções de políticas condizentes com o cuidado e a educação que as crianças merecem e necessitam, além da valorização profissional e da formação docente continuada, requerida a docência na educação na infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11. 738 de 16 de julho de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, (2008b).

BRASIL. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, (2008).

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília, (1996b).

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC, SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010.

BRASIL. Resolução nº 002/2012, do Conselho Municipal de Educação. Natal: CME, 2012.

BRASIL. Resolução nº 004/2007, do Conselho Municipal de Educação. Natal: CME, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1998. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v.16)

KRAMER, S. Entrevistas Coletivas: uma alternativa para lidar com a diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. Simpósio “Ethics and humanities: dealing with in contemporary research” **Fifth Congress of the International Research and Activity Theory**, Amsterdam, June, 2002.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas de formação e a crise da profissionalização docente: por onde passa a valorização?. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 46, n. 32, p. 51-74, maio/ago. 2013

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: Fundamentos e Métodos. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PAIVA, Maria Cristina Leandro de; COSTA, Leide Dayana Pereira de Freitas. **O estágio não obrigatório no contexto da formação inicial do pedagogo**. Textura, v. 19 n. 41, set./dez. 2017. <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2388/2426> . Acesso em: nov/2017.

VIEIRA, J.D. **Valorização dos profissionais**: carreira e salários. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n. 15, p. 415, jul. /dez. 2014.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; SOUZA, Gizele de. Trabalho e Emprego na Educação Infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 119-139, 2010.

VIEIRA, Livia Fraga; OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154 Maio/Ago. 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957